

Desarmamento

Autoridades são a favor, mas querem maior fiscalização

Deputados estão de acordo com a proposta, mas acreditam que o problema não será resolvido

Jamile Santana
Da reportagem local

Oswaldo Birke



Imperatriz: "Tirar arma de quem não deve usá-la"

Como reação ao massacre na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio de Janeiro, o Senado já discute a possibilidade de realizar um novo plebiscito sobre a venda de armas no Brasil. Deputados da região apóiam a consulta popular e já se movimentam em favor ao desarmamento, desde que se aumente a fiscalização e as apreensões de armas contrabandeadas. No entanto, o especialista em segurança e pesquisador criminal, Jorge Lordello, acredita que um novo plebiscito não irá resolver o problema no País, já que as 9 milhões de armas ilegais que circulam no território são provenientes de leis antigas que, na ocasião, permitiam o acesso de civis aos equipamentos. Para ele, o governo deve poupar o dinheiro que poderá ser gasto no plebiscito e investi-lo em campanhas de recolhimento de armas sem registro. A população já foi ouvida sobre a questão da proibição da venda de armas em 2005. Na ocasião, a escolha popular nas urnas derrubou um artigo do Estatuto do Desarmamento, assinado em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, além de prever maior rigor sobre o controle, posse e porte, proibia a venda de armas. O massacre na escola municipal em Realengo, que deixou 12 crianças e adolescentes mortos, reabriu a discussão e o senador José Sarney (PMDB-AP),

presidente do Senado, apresentou a proposta de um novo plebiscito. São a favor do plebiscito os deputados estaduais André do Prado (PR), Estevam Galvão de Oliveira e Luis Carlos Gondim Teixeira (PPS). "Este projeto, para mim, está mais do que aprovado. Infelizmente, o Estatuto do Desarmamento não foi aprovado antes, foi preciso ocorrer um massacre como este para que os políticos se mobilizassem", disse Estevam.

"Considero de muita importância este projeto, desde que se realize uma ampla discussão sobre o tema junto à sociedade para que ela vote de forma consciente", indicou André do Prado.

O deputado Gondim foi categórico: "Todas as formas de desarmar os bandidos são válidas. O problema não é a sociedade armada. O problema são os bandidos armados e é isso que precisamos fiscalizar".

O comandante do Policiamento de Área Metropolitana (CPA/M-12), Antônio Carlos Imperatriz, também é a favor da realização do plebiscito. "Toda proposta que possa tirar a arma de quem não tem competência técnica para usá-la, eu sou totalmente a favor, porque isso colabora com a segurança da população", defendeu.

Já o deputado federal Junji Abe (DEM) destacou que, apesar de oportuna, a medida não trará resultados efetivos no combate à violência. "A simples proibição de nada adiantará sem uma estrutura ampla e eficaz de fiscalização. Em outras palavras, as armas continuarão nas mãos daqueles que desejam fazer o mal. Trata-se de situação parecida com a das drogas. São proibidas. Mas, isto não impede o crescente tráfico de entorpecentes, nem o número cada vez maior de dependentes. Para completar, a realização de um novo plebiscito implicaria em despesas estimadas em R\$ 700 milhões, R\$ 800 milhões. No atual momento econômico do Brasil, com a inflação subindo e a necessidade de contenção de gastos, não faz sentido aplicar todo esse dinheiro para perguntar, de novo, a mesma coisa para a população brasileira".